



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

11
h

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO N.º AVP_CN_2016

Entre

A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL**, Instituição de Utilidade Pública Desportiva, contribuinte n.º 501982060, com sede na Avenida de França, n.º 549, 4050-279, Porto, aqui representada pelo seu Presidente, Vicente Henrique Gonçalves de Araújo, adiante designada como Primeira Outorgante,

E

A **ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PORTO**, com o contribuinte n.º 501940731, com sede na Rua António Pinto Machado, n.º 60 2º andar, 4100-068, Porto, representada neste acto pelo seu Presidente, Joaquim Manuel Oliveira Vilela, adiante designada por Segunda Outorgante,

Ambas em conjunto designadas como "Partes",

Considerando que:

- Pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, os apoios ou comparticipações financeiras atribuídos pelas federações desportivas às associações regionais ou distritais nelas filadas, são obrigatoriamente titulados por contratos programa de desenvolvimento desportivo;

- A concessão de apoios mediante a celebração de contratos programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto;

- O apoio concedido via contratos programa de desenvolvimento desportivo visa uma maior coordenação da modalidade, para que uma política global, visando o Voleibol Nacional, possa ser cada vez mais efectiva;

De acordo com a legislação em vigor é celebrado o presente **Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo**, o qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objecto)

Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira, concedida pela Primeira Outorgante à Segunda Outorgante, referente a encargos relativos às primeiras fases dos Campeonatos Nacionais da III Divisão Masculina e Feminina, na época 2015/2016.

Cláusula Segunda (Período de execução do programa)

O prazo de execução do programa objecto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato programa termina em 31 de Julho de 2016.





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.

Instituição de Utilidade Pública Desportiva

pt
h

Cláusula Terceira (Comparticipação financeira)

1 - A participação financeira a prestar pela Federação Portuguesa de Voleibol à Associação de Voleibol de Porto, para apoio à execução do Programa referido na Cláusula 1.ª, é até ao montante máximo de **EUR 2.000,00** (Dois mil euros).

Cláusula Quarta (Disponibilização da participação financeira)

1 - A participação referida na Cláusula anterior será disponibilizada mediante pedido da Associação e apresentação dos respectivos documentos de despesa, e de acordo com a afectação de verbas do I.P.D.J. para o efeito.

2 - Os documentos de despesas deverão ser legalmente e fiscalmente aceites, em nome da Associação e deverá descrever de forma inequívoca a despesa que capeia. Deverão ser enviados também os seguintes documentos:

- Calendários
- Mapa das nomeações
- Cópia dos Boletins dos Jogos
- Cópia dos Documentos de Despesa e respectivos pagamentos aos Árbitros

Cláusula Quinta (Revisão da participação financeira)

A participação financeira prevista na Cláusula Terceira poderá ser reduzida de acordo com os valores reais da despesa apresentada à Primeira Outorgante no decorrer da época.

Cláusula Sexta (Obrigações da Associação)

São obrigações do Segundo Outorgante prestar todas as informações relativas ao acompanhamento da aplicação das verbas confiadas para o fim objecto do presente contrato-programa.

Cláusula Sétima (Obrigações fiscais, para com a Segurança Social e para com a Federação)

O Segundo Outorgante não poderá beneficiar de novos apoios financeiros por parte da Primeira Outorgante, sempre que se encontre em situação de incumprimento das suas obrigações para com a Segurança Social, Fisco ou para com a Federação Portuguesa de Voleibol.



Contribuinte nº 501982060



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

Fundada em 1947 - Filiada na F.I.V.B. e na C.E.V.
Instituição de Utilidade Pública Desportiva

b

Cláusula Oitava (Incumprimento das obrigações da Associação)

O incumprimento, por parte do Segundo Outorgante, das obrigações abaixo discriminadas, pode implicar a suspensão das participações financeiras da Primeira Outorgante:

- a) Das obrigações referidas nas Cláusulas 4ª, 5ª e 6ª do presente contrato-programa;
- b) Das obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com a Federação Portuguesa de Voleibol;
- c) De qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.



Cláusula Nona (Obrigação da Federação Portuguesa de Voleibol)

É obrigação da Federação Portuguesa de Voleibol verificar o exacto desenvolvimento do programa de Actividades e Desenvolvimento da Prática do Voleibol que justificou a celebração do presente contrato-programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução nos termos anteriormente definidos ou noutros que, no seu entender, sejam adequados ao mesmo fim.

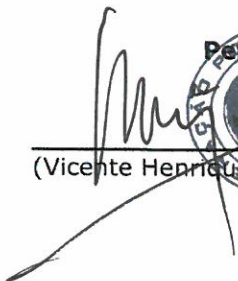

Cláusula Décima (Vigência do Contrato)


O presente contrato-programa entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 31 de Dezembro de 2016.

Cláusula Décima Primeira (Disposições finais)

1 - Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, este contrato programa será publicitado na página electrónica da Federação Portuguesa de Voleibol.

Assinado no Porto, em 13 de Abril de 2016, em dois exemplares, devidamente assinados e rubricados pelas partes, ficando um em posse de cada uma das partes.



(Vicente Henriques Gonçalves de Araújo)

Pela Associação

(Joaquim Manuel Oliveira Vilela)

Contribuinte nº 501982060